

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90079/2025

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA OS LABORATÓRIOS DA SEÇÃO DE CONTROLE DE QUALIDADE E DAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA DO SAMAE.

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE, Autarquia do Município de Caxias do Sul – RS, com sede na Rua Pinheiro Machado, n.º 1615, por meio da Gerência de Licitações e Contratos, torna pública a realização de licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo **MENOR PREÇO, POR ITEM E POR GRUPO**, em conformidade com o que dispõem a Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021; Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 e alterações; Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações; e Decreto Municipal n.º 22.387, de 16 de janeiro de 2023 e outras legislações pertinentes à matéria, as regras e condições estabelecidas neste Edital e anexos que o integram.

1. DAS INFORMAÇÕES PARA O PROCEDIMENTO

CONTRATANTE:	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE, DE CAXIAS DO SUL – RS
UASG:	928576
OBJETO:	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA OS LABORATÓRIOS DA SEÇÃO DE CONTROLE DE QUALIDADE E DAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA DO SAMAE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.
CONDIÇÃO DA PARTICIPAÇÃO	EXCLUSIVA PARA EPPs, MEs OU EQUIPARADAS
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	MENOR PREÇO POR GRUPO/ITEM
LANCES A SEREM OFERTADOS	VALOR UNITÁRIO DO ITEM
MODO DE DISPUTA	ABERTO
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	ART. 28, INCISO I, DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021
INTERVALO MÍNIMO ENTRE OS LANCES	0,5% (CINCO DÉCIMOS POR CENTO)
PROCESSO ADMINISTRATIVO	2025009738
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	03.05 – SSA – 17.512.010.2.348 – 3.3.90.30.35.00.00.00 – VÍNCULO 1501

CONTATO PARA INFORMAÇÕES	GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS: (54) 3220-8600, <u>EM DIAS ÚTEIS, DAS 13H ÀS 17H</u> PORTAL: WWW.SAMAECAXIAS.COM.BR , NO LINK LICITAÇÕES, E E-MAIL LICITACAO@SAMAECAXIAS.COM.BR
LOCAL	HTTPS://WWW.GOV.BR/COMPRAS
CONDUÇÃO DO PROCESSO	PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO, DESIGNADOS PELA PORTARIA N.º 30.164, DE 24/06/2024.
PRAZO PARA IMPUGNAÇÕES/ ESCLARECIMENTOS	3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS ANTES DA ABERTURA DO CERTAME

1.1. O objeto desta contratação não se enquadra na categoria de bens de luxo, conforme Decreto Municipal n.º 22.245, de 05 de outubro de 2022, estando classificado como bem comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por Edital e especificações usuais de mercado.

1.2. A contratação será dividida em grupos, facultando-se à licitante a participação nos grupos de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem, e em um item, facultando-se a participação no item, conforme tabela constante do formulário padrão para preenchimento da proposta – Anexo II deste Edital.

1.3. No item 20 a unidade de medida é “caixa”, por não haver essa unidade de medida no sistema ComprasNet, o mesmo foi cadastrado com a unidade de medida “unidade” devendo o preço unitário ofertado corresponder ao valor da “caixa”. Nos itens 24, 25 e 28, a unidade de medida é “pacote” por não haver essa unidade de medida no sistema ComprasNet, o mesmo foi cadastrado com a unidade de medida “unidade” devendo os preços unitários ofertados corresponderem ao valor do “pacote” conforme o descritivo constante no Termo de Referência Anexo I e no formulário padrão para preenchimento da proposta – Anexo II deste Edital.

1.4. Havendo divergência entre o código **CATMAT**, conforme tabela constante do formulário padrão para preenchimento da proposta – Anexo II deste Edital, **prevalecerá**, sempre, a descrição do item constante deste Edital e anexos que o integram.

1.5. O local, a forma, as condições e o prazo de entrega estão indicados no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados:

- I. cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação;
- II. que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, do Governo Federal;
- III. que atendam a todas as condições deste Edital e seus Anexos;
- IV. que, exclusivamente, sejam **enquadrados como Microempresas, Empresas de Pequeno**

Porte e equiparadas, nos termos do art. 48 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

2.2. A participação neste certame dar-se-á no Sistema de Pregão Eletrônico, integrante do sistema de compras do Governo Federal – ComprasNet, no sítio eletrônico www.gov.br/compras, com a solicitação de *login* e senha de acesso pelo interessado.

2.2.1. O procedimento será divulgado no sítio eletrônico www.gov.br/compras e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

2.2.2. O acesso ao sistema para participação no certame poderá ser efetuado pela *web* ou pelo respectivo aplicativo do Governo Federal.

2.2.3. As licitantes deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Pregão Eletrônico – Fornecedor, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.2.4. A participação neste certame implica na responsabilidade do interessado e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao procedimento.

2.2.5. A licitante responsabiliza-se, exclusiva e formalmente, pelas transações efetuadas em seu nome, diretamente ou por seu representante, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão promotor da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.2.6. É de responsabilidade da licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.2.6.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação da licitante.

2.3. Não poderão participar deste certame:

- I. licitantes proibidas de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- II. licitantes que não atendam às condições deste Edital e seus Anexos;
- III. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- IV. licitantes que estejam sob falência;
- V. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- VI. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs, atuando nessa condição, conforme Acórdão n.º 746/2014-TCU-Plenário;

- VII. licitantes que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021:
- a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta; aplica-se o disposto também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;
 - b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravidão ou por contratação de adolescentes, nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- VIII. agente público do órgão contratante, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, 1º de abril de 2021; tal vedação estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica;
- IX. pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional.

3. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá às fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. As licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, a licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

- I. cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49;
- II. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- III. cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- IV. inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- V. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir dos 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- VI. a proposta foi elaborada de forma independente;
- VII. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- VIII. cumpre a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atende às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991, e
- IX. assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras.

3.3.1. A licitante organizada em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

3.3.2. No campo de atendimento ao tratamento favorecido estabelecido pela Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame.

3.3.3. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará a licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

3.4. As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.5. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta das

licitantes convocadas para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.7. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, a licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- I. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- II. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.7.1. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pela licitante durante a fase de disputa, sendo vedado:

- I. valor superior a lance já registrado pela licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- II. percentual de desconto inferior a lance já registrado pela licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.7.2. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma aqui estipulada possuirá caráter sigiloso para as demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.8. Caberá à licitante, interessada em participar da licitação, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.8.1. A licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos lá exigidos e em conformidade com os Anexos I e II deste Edital.

4.1.1. O valor ou desconto deverá ser preenchido de acordo com as informações indicadas no formulário padrão para preenchimento da proposta, Anexo II deste Edital, expressos em reais, com até 2 (duas) casas decimais, à vista, válido para ser praticado desde a data da apresentação da proposta até o efetivo pagamento.

4.1.2. A licitante deverá ofertar apenas uma marca, um modelo e um fabricante por item, quando exigidas estas informações.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante vencedora ao seu fornecimento.

4.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.4. Nos valores propostos, estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo a licitante o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta será de **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data e horário indicados no sistema de compras do Governo Federal – ComprasNet.

5.2. As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique a licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente

estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e as licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.9. Será adotado, para o envio de lances no pregão eletrônico, o modo de disputa **aberto**, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema, quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

5.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a fase competitiva encerrar-se-á automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.13. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.14. Após o reinício previsto no item supra, as licitantes serão convocadas para apresentar lances intermediários.

5.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for

recebido e registrado em primeiro lugar.

5.17. Durante o transcurso da sessão pública de lances, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

5.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.

5.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.20. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais, não seguidas de lances.

5.21.1. Havendo eventual empate, o critério de desempate será o previsto no art. 60 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, nesta ordem:

- I. disputa final, hipótese em que as licitantes empatadas poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- II. avaliação do desempenho contratual prévio das licitantes, em que deverão, preferencialmente, ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- III. desenvolvimento pela licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- IV. desenvolvimento pela licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, às empresas:

- I. estabelecidas no Estado do Rio Grande do Sul;
- II. brasileiras;
- III. que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- IV. que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009;
- V. sorteio eletrônico.

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta da primeira colocada permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, seguindo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço

máximo definido pela Administração.

5.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

5.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.4. O Pregoeiro solicitará à licitante melhor classificada que, no prazo de, 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares.

5.22.4.1. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pela licitante, antes de findo o prazo inicial.

5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, legislação correlata e no subitem 2.3 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou na futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

- I. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;
- II. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantidos pela Controladoria-Geral da União;
- III. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ;
- IV. Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;
- V. Cadastro de Licitantes Penalizadas junto ao Município de Caxias do Sul – RS.

6.1.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos incisos “II”, “III” e “IV” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

6.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei Federal n.º 8.429, de 02 de junho de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.1.3. Caso conste, na Consulta de Situação do Fornecedor, a existência de Ocorrências

Impeditivas Indiretas, o agente responsável diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas registradas no SICAF.

6.1.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.1.5. A licitante será convocada para manifestação previamente à sua desclassificação.

6.1.6. Constatada a existência de sanção, a licitante será reputada inabilitada, por falta de condições de participação.

6.2. Caso atendidas as condições de participação, inclusive em relação ao tratamento favorecido em relação às Microempresas – MEs, Empresas de Pequeno Porte – EPPs e equiparadas, em que o Pregoeiro verificará se estão atendidas as exigências deste Edital e demais legislação atinente à matéria, será iniciado o procedimento de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar, quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação, observado o disposto nos arts. 29 a 32 do Decreto Municipal n.º 22.387, de 16 de janeiro de 2023.

6.3. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- I. conter vícios insanáveis;
- II. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus anexos;
- III. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- IV. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- V. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a vencedora comprove:

- I. que o custo não ultrapassa o valor da proposta, e
- II. que existem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.4.1. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, conforme art. 34 do Decreto Municipal n.º 22.387, de 16 de janeiro de 2023.

6.5. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, a licitante classificada em primeiro lugar será convocada para apresentar Planilha, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação.

6.5.1. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pela licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.5.1.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.5.2. Considera-se erro, no preenchimento da planilha, passível de correção, a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.6. O Pregoeiro poderá convocar a licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

6.6.1. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pela licitante, antes de findo o prazo.

6.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do objeto ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou prospectos, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

6.7. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostras, a licitante classificada em primeiro lugar deverá apresentá-las, conforme disciplinado no referido Termo, sob pena de não aceitação da proposta.

6.7.1. Por meio de mensagem no sistema, serão divulgados o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo as demais licitantes.

6.7.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.7.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas no Termo de Referência, a proposta da licitante será recusada.

6.7.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

6.8. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

6.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação.

6.9.1. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta à licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o objetivo de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

6.9.2. Nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

6.9.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

6.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, observado o disposto neste Edital.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade da licitante para executar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

7.1.1. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, somente em relação à licitante vencedora.

7.1.2. É de responsabilidade da licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.1.2.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar a inabilitação da licitante.

7.1.2.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.1.2.3. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades

emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.1.2.4. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de, **no mínimo, duas horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação efetuada pelo Pregoeiro, somente em relação à licitante vencedora.

7.1.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.1.4. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e, se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.2. Será verificado se a licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e a declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, conforme art. 63, da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

7.3. Será verificado se a licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.4. A licitante deverá apresentar, sob pena de inabilitação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.5. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- I. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame, e
- II. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.6. Na análise dos documentos de habilitação, poderão ser sanados erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.7. Na hipótese de a licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no

subitem 7.1.2.4.

7.8. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação da licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.9. A licitante enquadrada nas condições da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, e que possuir restrição na comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada à regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, em até 5 (cinco) dias úteis a contar do momento em que for declarada vencedora.

7.9.1. O prazo citado poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pela licitante durante o transcurso do respectivo prazo.

7.9.2. O benefício não eximirá a licitante de apresentar todos os documentos exigidos para efeito da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, ainda que possua alguma restrição.

7.9.3. A não regularização da documentação, no prazo fixado, implicará decadência do direito à contratação.

7.9.4. A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação da licitante, sendo facultada a convocação das licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra beneficiária da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações com alguma restrição na documentação fiscal e/ou trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

7.10. Será inabilitada a licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

7.11. A licitante provisoriamente vencedora em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigada a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

7.12. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art.

165 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação da licitante:

- I. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e
- II. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras>.

9. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

9.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

- I. nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;
- II. quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando a licitante declarada vencedora não assinar o contrato e/ou não retirar o instrumento equivalente, ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da

etapa de lances.

9.2. Todas as licitantes remanescentes deverão ser convocadas para acompanhar a sessão reaberta.

9.2.1. A convocação dar-se-á por meio do *chat*, via sistema eletrônico, ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

9.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade da licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

10. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

10.1. Encerradas as etapas de julgamento e de habilitação e esgotados os prazos recursais, o processo será encaminhado à autoridade superior para adjudicação do objeto e homologação do procedimento, observado, no que couber, o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

11. DA CONTRATAÇÃO

11.1. Após a adjudicação e a homologação, caso se conclua pela contratação, será emitida a Nota de Empenho correspondente.

11.2. A Administração encaminhará a Nota de Empenho por meio eletrônico, sendo que a adjudicatária terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para acusar seu recebimento e manifestar o aceite, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e o prazo de entrega ser iniciado. Caso não ocorra a informação do aceite, por meio eletrônico, o prazo de entrega passa a contar da data do envio do documento.

11.2.1. O prazo previsto para aceitação da Nota de Empenho poderá ser prorrogado 1 (uma) única vez, por igual período, por solicitação justificada da adjudicatária e aceita pela Administração.

11.3. O aceite da Nota de Empenho, emitida à adjudicatária, implica no reconhecimento de que:

- I. a referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021;
- II. a Contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital e seus anexos;
- III. a Contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

11.4. As condições de entrega e os critérios de aceitação estão descritos no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

11.5. As condições para liquidação da despesa e prazo de pagamento estão descritas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E DAS SANÇÕES

12.1. Incorre em infração administrativa a Contratada que, com dolo ou culpa, cometer qualquer conduta que infrinja as condições e os prazos estabelecidos neste instrumento, em contrato ou na legislação atinente à matéria, ficando sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, conforme disposto na Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, às sanções a seguir estabelecidas, aplicáveis após regular Processo Administrativo de Penalização de fornecedor, em conformidade com o Decreto Municipal n.º 21.763, de 13 de outubro de 2021 e alterações.

12.1.1. ADVERTÊNCIA ESCRITA, em razão de falhas que não caibam a aplicação de sanção mais grave em virtude de serem corrigidas no prazo estipulado pelo SAMA E.

12.1.2. MULTA, por descumprimento de prazos e condições ajustados, conforme classificação da gravidade da inconformidade:

- I. LEVE, na razão de 0,05% (cinco centésimos por cento) ao dia, sobre o valor global do item/grupo, até 30 (trinta) dias de atraso, podendo, justificadamente, ser cancelada a nota de empenho e/ou rescindido o contrato, nas seguintes situações:
 - a) pela não entrega de qualquer documentação solicitada/exigida, nos prazos previstos, e
 - b) pelo retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.
- II. LEVE, quando do descumprimento de qualquer outra obrigação convencionada, na razão de 1% (um por cento), sobre o valor global do item/grupo, dentre elas:
 - a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta, quando exigível;
 - c) pedir para ser desclassificado, quando encerrada a fase competitiva;
 - d) deixar de apresentar amostra, quando exigível;
 - e) apresentar amostra ou proposta em desacordo com as especificações do Edital.
- III. MODERADA, de 10% (dez por cento), sobre o valor da parcela inadimplida, podendo, justificadamente, ser cancelada a nota de empenho e/ou rescindido o contrato, nas seguintes situações:
 - a) pela entrega do objeto em desacordo com o solicitado, quando não houver a pronta adequação no prazo fixado, e
 - b) pela não manutenção da proposta, salvo em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado.
- IV. GRAVE:
 - a) de 15% (quinze por cento), sobre o valor global do item/grupo, pela não celebração do contrato ou não entrega da documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - b) de 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor da parcela inadimplida, até o

limite de 30% (trinta por cento), pelo atraso injustificado na entrega, em prazo superior a 30 (trinta) dias consecutivos, podendo, justificadamente, ser cancelada a nota de empenho e/ou rescindido o contrato;

- c) de 15% (quinze por cento) da parcela inadimplida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho e/ou rescindido o contrato, pela inexecução parcial do objeto, salvo quando causar grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, será aplicada a penalidade correspondente, e
- d) de 15% (quinze por cento), sobre o valor global do item/grupo quando da subcontratação não permitida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho e/ou rescindido o contrato.

V. GRAVÍSSIMA:

- a) de 20% (vinte por cento) da parcela inadimplida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho e/ou rescindido o contrato, pela inexecução total do objeto, e
- b) de 30% (trinta por cento) da parcela inadimplida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho e/ou rescindido o contrato, pela inexecução parcial do objeto que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

12.1.3. Quando da reincidência em irregularidades, será dobrada a multa correspondente à infração cometida, conforme subitens anteriores, até o limite de 30% (trinta por cento).

12.1.4. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a Administração Pública Direta e Indireta do Município de Caxias do Sul – RS, pelo prazo de até 3 (três) anos e cancelamento, quando houver, do Certificado de Registro Cadastral emitido pelo Contratante, bem como demais cominações legais, quando:

- I. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- II. der causa à inexecução total do objeto;
- III. deixar de entregar a documentação exigida;
- IV. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- V. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, ou
- VI. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

12.1.5. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE, que impedirá a empresa de licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos e cancelamento do Certificado de Registro Cadastral emitido pelo Contratante, quando houver, bem como demais cominações legais, quando:

- I. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o procedimento ou a execução do contrato;
- II. fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- III. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial:
 - a) agir em conluio ou em desconformidade com a Lei;

- b) induzir, deliberadamente, a erro no julgamento;
 - c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
 - IV. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
 - V. praticar ato lesivo previsto no art. 5.º da Lei Federal n.º 12.846, de 1.º de agosto de 2013.
- 12.2. Na aplicação das sanções serão considerados:
- I. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - II. as peculiaridades do caso concreto;
 - III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública, e
 - V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia contratual ou será cobrada judicialmente.
- 12.4. A aplicação das sanções aqui previstas em hipótese alguma anula a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 12.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 12.6. A aplicação de multa não impede que o SAMAE rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções cabíveis.
- 12.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 12.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei Federal n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 12.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 12.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal n.º

14.133, de 1º de abril de 2021 e regulamentações, se for o caso.

12.11. Após a concessão do contraditório e da ampla defesa, as penalidades terão efeitos jurídicos com a publicação na imprensa oficial do Município, exceto as penalidades de advertência e multa, que terão efeitos com a comunicação formal diretamente à Contratada.

12.12. As multas e o seu pagamento não eximirão a Contratada de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos, decorrentes das infrações cometidas.

12.13. As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro de Fornecedores do SAMAE, no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul – RS, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, no que couber.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, sendo de responsabilidade da licitante o seu acompanhamento.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimentos deverão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@samaecaxias.com.br.

13.4. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

13.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

13.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, quando a alteração comprometer a formulação das propostas, conforme § 5º do art. 55 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. O procedimento será divulgado no ComprasNet e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

14.1.1. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e em www.samaecaxias.com.br.

14.2. Os documentos referentes a esta contratação, que não tenham sido assinados por responsável legal da licitante, identificado no SICAF ou no Ato Constitutivo, deverão vir acompanhados de Procuração ou Credenciamento que conceda poderes ao signatário.

14.2.1. Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar os documentos a serem apresentados, a falta de qualquer uma das assinaturas invalida o(s) documento(s) para a finalidade proposta.

14.2.2. As interessadas são responsáveis pela fidedignidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da contratação.

14.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelas licitantes, cujo prazo não conste deste Edital, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

14.4. Caberá à licitante acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

14.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

14.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília – DF, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema e na documentação relativa ao procedimento.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no SAMA E.

14.8. No julgamento das propostas e na habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

14.9. É facultada ao agente da Administração ou à autoridade superior, em qualquer fase, a

promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveria constar originariamente, ressalvada a previsão do parágrafo 1º, do artigo 43, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, podendo desconsiderar excessos de formalismos que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

14.9.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, documentos de habilitação ou outros, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

14.9.2. A inobservância do prazo fixado pelo agente da Administração para a entrega das respostas e/ou informações solicitadas em eventual diligência ou, ainda, o envio de informações ou documentos considerados insuficientes ou incompletos ocasionará a desclassificação da proposta e/ou inabilitação da interessada.

14.10. As normas disciplinadoras deste Edital serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.11. As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

14.11.1. O SAMA E poderá aceitar, total ou parcialmente, qualquer proposta ou a todas rejeitar, sem que caiba à interessada direito à indenização.

14.12. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

14.13. Não serão levadas em consideração quaisquer vantagens não previstas neste Edital e seus anexos.

14.14. Serão consideradas como inexistentes quaisquer condições trazidas, alheias às discriminadas por este Edital e seus anexos.

14.15. A adjudicação e a homologação desta contratação são de competência do Diretor-Presidente do SAMA E.

14.15.1. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.16. O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMA E, de Caxias do Sul – RS, poderá revogar este certame por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de

ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório, conforme art. 75 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

14.17. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.18. O não cumprimento de qualquer item deste Edital e de seus anexos, quando não sanáveis, implicará a inabilitação da licitante e/ou desclassificação da proposta.

14.19. A apresentação da proposta implica aceitação deste Edital, bem como das normas legais que regem a matéria e para a empresa declarada vencedora, o cumprimento de todas as disposições contidas neste Edital, seus anexos e das normas legais pertinentes.

14.20. As comunicações dos atos decorrentes deste certame ocorrerão no sistema ComprasNet, no Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP e no site oficial do SAMAE; ainda, no que couber, no Diário Oficial Eletrônico – Órgão Oficial do Município de Caxias do Sul, em jornal diário de grande circulação e no sistema LicitaCon, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul – RS.

14.21. A ata da sessão será divulgada no sistema eletrônico.

14.22. As solicitações relativas às prorrogações de prazos, tanto para entrega ou para execução, bem como de substituição de marcas e ou modelos, relativamente à contratação, conforme previsão, se houver, constante do Termo de Referência – Anexo I, devem ser encaminhadas, por petição protocolizada, dentro dos prazos previstos, no horário das 9h às 16h, em dias úteis, na loja de atendimento do SAMAE ou através do serviço de atendimento via WhatsApp, observando-se que:

- I. quando utilizado o serviço de protocolo na loja de atendimento do SAMAE, os documentos deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada;
- II. a loja de atendimento do SAMAE situa-se na Rua Pinheiro Machado, n.º 1631, Bairro Centro – Caxias do Sul/RS;
- III. quando utilizado o serviço de atendimento via WhatsApp, através do n.º (54) 3220-8600, vinculado à opção 5 – Atendimento Comercial, os documentos anexados deverão apresentar autenticação digital ou assinatura digital, com possibilidade de conferência da autenticidade e da veracidade dos documentos, sob pena de não admissibilidade, e
- IV. o SAMAE não se responsabiliza por quaisquer falhas técnicas que possam ocorrer no envio dos pedidos realizados de forma eletrônica (e-mail, WhatsApp, etc.).

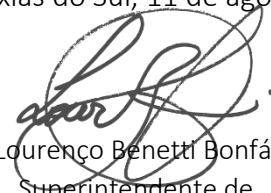
14.23. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- Anexo I – Termo de Referência;
Anexo II – Modelo de Formulário de Preenchimento da Proposta, e
Anexo III – Planilha Excel formato “.xlsx”.

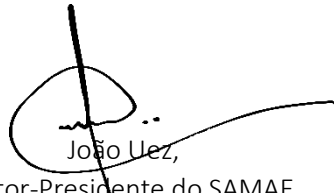
Caxias do Sul, 11 de agosto de 2025.



Jackson de Souza Vargas,
Agente Administrativo.



Lourenço Benetti Bonfá,
Superintendente de
Orçamento, Finanças e
Licitações.



João Uez,
Diretor-Presidente do SAMA E.

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90079/2025

TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA – AQUISIÇÕES

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de materiais para os laboratórios da Seção de Controle de Qualidade e das Estações de Tratamento de Água do SAMA E, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Instrumento.

Grupo	Item	Código SAMA E	CATMAT	Descrição	Quant.	Unidade
1	01	11035	409251	Balão volumétrico de 50 mL, com certificado de calibração RBC	02	Unidade
	02	11036	409252	Balão volumétrico de 100 mL, com certificado de calibração RBC	02	Unidade
	03	11037	413184	Balão volumétrico de 200 mL, com certificado de calibração RBC	02	Unidade
	04	11038	409245	Balão volumétrico, com tampa, capacidade de 250 mL, conforme especificações	02	Unidade
	05	11039	409247	Balão volumétrico de 500 mL, com certificado de calibração RBC	02	Unidade
	06	11040	409248	Balão volumétrico de 1000 mL, com certificado de calibração RBC	02	Unidade
	07	11041	409249	Balão volumétrico de 2000 mL, com certificado de calibração RBC	02	Unidade
	08	1409	409892	Proveta, indicada para procedimentos em laboratório, conforme especificação técnica	04	Unidade
	09	1409	409894	Proveta, indicada para procedimentos em laboratório, conforme especificação técnica	02	Unidade
	10	10813	409135	Bureta automática em vidro borossilicato, classe A, com torneira intermediária para retorno do líquido residual ao frasco, com torneiras de PTFE. Ajuste automático do Zero. Deve acompanhar frasco de 1 L de forma baixa com junta esmerilhada intercambiável com a bureta. Capacidade: 10 mL. Limite de erro 0,02 mL. Com certificado de calibração RBC	04	Unidade
	11	10813	409143	Bureta automática em vidro borossilicato, classe A, com torneira intermediária para retorno do líquido residual ao frasco, com torneiras de PTFE. Ajuste automático do Zero. Deve acompanhar frasco de 1 L de forma baixa com junta esmerilhada intercambiável com a bureta. Capacidade: 10 mL. Limite de erro 0,02 mL. Com certificado de calibração RBC	04	Unidade
2	12	9467	410458	Frasco DBO (BOD Winkler), 300 mL sem aferição, tampa de vidro tipo moeda (vidro borossilicato)	15	Unidade
	13	3433	427431	Copo Becker, indicado para procedimentos em laboratório, conforme especificação técnica	36	Unidade
	14	3433	408275	Copo Becker, indicado para procedimentos em laboratório, conforme especificação técnica	15	Unidade

	15	1409	409900	Proveta, indicada para procedimentos em laboratório, conforme especificação técnica	20	Unidade
	16	1407	409443	Frasco em vidro, para reagentes, conforme especificação técnica	150	Unidade
	17	1356	425359	Frasco plástico para coleta de amostra ambiental, conforme especificação técnica	200	Unidade
	18	1356	423414	Frasco plástico para coleta de amostra ambiental, conforme especificação técnica	50	Unidade
3	19	3435	416279	Cubeta redonda, de vidro, graduada, de 10 mL, com tampa e rosca, para uso em colorímetro Hach DR890 n° 24276- 06	60	Unidade
	20	8567	424618	Cubeta cilíndrica de vidro para turbidez, com tampa e rosca, para 30 mL de amostra; caixas com 6 unidades; CAT n° 20849-00	10	Caixa
4	21	9835	408650	Dispensador volumétrico analógico de reagentes para frasco reagente, conforme especificação técnica	05	Unidade
	22	9834	408650	Dispensador volumétrico digital de reagentes para frasco reagente, conforme especificação técnica	02	Unidade
	23	9835	408650	Dispensador volumétrico analógico de reagentes para frasco reagente, conforme especificação técnica	01	Unidade
5	24	5565	408691	Ponteira universal autoclavável com capacidade de até 200 microlitros (µL), fabricada em polipropileno, tipo Gilson; pacote com 1000 unidades	30	Pacote
	25	7373	411190	Ponteira universal autoclavável com capacidade para 10.000 µL, fabricada em polipropileno de alta densidade.	10	Pacote
6	26	7279	245964	Eletrodo de medição de pH	06	Unidade
	27	7279	245964	Eletrodo de medição de pH	06	Unidade
7	28	13515	443868	Saco para autoclave	10	Pacote
	29	13591	445801	Envelope de esterilização	200	Unidade
8	30	13540	301506	Escorredor para vidrarias	05	Unidade
	31	12623	410562	Estante de aço revestida de PVC com capacidade para 12 frascos (medida dos frascos 5 cm de diâmetro e 9 cm de altura)	10	Unidade
9	32	13317	448152	Coluna de calibração produzida em PVC industrial Translúcido de 2000 mL com escala graduada em mililitro/minuto, protegida em camadas laminadas para proteção de ataques químicos, atendido pelo modelo CCK-2000 marca INTERFLUID-KOFLO ou similar	10	Unidade
	33	13318	448152	Coluna de calibração produzida em PVC industrial Translúcido de 1000 mL com escala graduada em mililitro/minuto, protegida em camadas laminadas para proteção de ataques químicos, atendido pelo modelo CCK-1000 marca INTERFLUID-KOFLO ou similar.	10	Unidade
	34	13319	448152	Coluna de calibração produzida em PVC industrial Translúcido de 500 mL com escala graduada em mililitro/minuto, protegida em camadas laminadas para proteção de ataques químicos, atendido pelo modelo CCK-500 marca INTERFLUID-KOFLO ou similar.	10	Unidade
	35	13320	448152	Coluna de calibração produzida em PVC industrial Translúcido de 250 mL com escala graduada em mililitro/minuto, protegida em camadas laminadas para proteção de ataques químicos, atendido pelo modelo CCK-250 marca INTERFLUID-KOFLO ou similar.	10	Unidade
	36	11042	234793	Conjunto de pesos de 1 mg a 100 g (classe F1), composto por 21 pesos de 1-2-2-5-10-20-20-50-100-200- 200-500 mg / 1-2-2-5-10-20-20-50 e 100 g, com as seguintes características: peso de 1 a 5 mg material em alumínio, níquel cromo ou aço inoxidável, formado por fio metálico densidade 2.700 kg/m³ ou em lâminas poligonais; peso de 10 a 500 mg material em alumínio, níquel cromo ou aço inoxidável, formato lâmina	01	Conjunto

				poligonal, densidade 8.000 kg/m ³ ; pesos polidos, não magnéticos, altamente resistentes à corrosão; Com certificado de calibração RBC. Deve acompanhar: Estojo para acondicionamento de todos os pesos, pinça e luva para manuseio.		
--	--	--	--	---	--	--

1.1.1. Os produtos deverão apresentar as características técnicas abaixo listadas:

- I. Item 01: Balão volumétrico de 50 mL, com certificado de calibração RBC; calibração válida por 05 (cinco) anos a partir do recebimento, temperatura de referência de 20 °C; fabricado de acordo com a norma DIN ISO 1042; vidro incolor boro 3.3, classe A; boca esmerilhada; linhas de graduação e gravação devem ser nítidas e permanentes, resistentes a solventes, ácidos e bases; tampa hexagonal em material plástico; fundo chato; máximo limite de erro: $\pm 0,060$ mL.
- II. Item 02: Balão volumétrico de 100 mL, com certificado de calibração RBC; calibração válida por 05 (cinco) anos a partir do recebimento, temperatura de referência de 20 °C; fabricado de acordo com a norma DIN ISO 1042; vidro incolor boro 3.3, classe A; boca esmerilhada; linhas de graduação e gravação devem ser nítidas e permanentes, resistentes a solventes, ácidos e bases; tampa hexagonal em material plástico; fundo chato; máximo limite de erro: $\pm 0,100$ mL.
- III. Item 03: Balão volumétrico de 200 mL, com certificado de calibração RBC; calibração válida por 05 (cinco) anos a partir do recebimento, temperatura de referência de 20 °C; fabricado de acordo com a norma DIN ISO 1042; vidro incolor boro 3.3, classe A; boca esmerilhada; linhas de graduação e gravação devem ser nítidas e permanentes, resistentes a solventes, ácidos e bases; tampa hexagonal em material plástico; fundo chato; limite de erro: $\pm 0,150$ mL.
- IV. Item 04: Balão volumétrico de 250 mL, com certificado de calibração RBC; calibração válida por 05 (cinco) anos a partir do recebimento, temperatura de referência de 20 °C; fabricado de acordo com a norma DIN ISO 1042; vidro incolor boro 3.3, classe A; boca esmerilhada; linhas de graduação e gravação devem ser nítidas e permanentes, resistentes a solventes, ácidos e bases; tampa hexagonal em material plástico; fundo chato; máximo limite de erro: $\pm 0,150$ mL.
- V. Item 05: Balão volumétrico de 500 mL, com certificado de calibração RBC; calibração válida por 05 (cinco) anos a partir do recebimento, temperatura de referência de 20 °C; fabricado de acordo com a norma DIN ISO 1042; vidro incolor boro 3.3, classe A; boca esmerilhada; linhas de graduação e gravação devem ser nítidas e permanentes, resistentes a solventes, ácidos e bases; tampa hexagonal em material plástico; fundo chato; máximo limite de erro: $\pm 0,250$ mL.
- VI. Item 06: Balão volumétrico de 1000 mL, com certificado de calibração RBC; calibração válida por 05 (cinco) anos a partir do recebimento, temperatura de referência de 20 °C; fabricado de acordo com a norma DIN ISO 1042; vidro incolor boro 3.3, classe A; boca esmerilhada; linhas de graduação e gravação devem ser nítidas e permanentes, resistentes a solventes, ácidos e bases; tampa hexagonal em material plástico; fundo chato; máximo limite de erro: $\pm 0,400$ mL.
- VII. Item 07: Balão volumétrico de 2000 mL, com certificado de calibração RBC; calibração válida por 05 (cinco) anos a partir do recebimento, temperatura de referência de 20 °C; fabricado de acordo com a norma DIN ISO 1042; vidro incolor boro 3.3, classe A; boca

esmerilhada; linhas de graduação e gravação devem ser nítidas e permanentes, resistentes a solventes, ácidos e bases; tampa hexagonal em material plástico; fundo chato; máximo limite de erro: $\pm 0,600$ mL.

- VIII. Item 08: Proveta com capacidade de 100 mL; subdivisão de 1 mL; classe A; com certificado de calibração RBC, calibração válida por 05 (cinco) anos a partir do recebimento, pontos de calibração 75 e 100 mL, temperatura de referência de 20 °C; fabricada de acordo com as normas ISO 4788 e DIN 12680; vidro incolor boro 3.3; base de polipropileno; graduada; acabamento superior; bico que facilita o escoamento; linhas de graduação e gravação devem ser nítidas e permanentes, resistentes a solventes, ácidos e bases; alta resistência térmica, mecânica e a ataques químicos; limite de erro: $\pm 0,2$ mL.
- IX. Item 09: Proveta com capacidade de 250 mL; subdivisão de 2 mL; classe A; com certificado de calibração RBC, calibração válida por 05 (cinco) anos a partir do recebimento, pontos de calibração 30, 130 e 250 mL, temperatura de referência de 20 °C; fabricada de acordo com as normas ISO 4788 e DIN 12680; vidro incolor boro 3.3; base de polipropileno; graduada; acabamento superior; bico que facilita o escoamento; linhas de graduação e gravação devem ser nítidas e permanentes, resistentes a solventes, ácidos e bases; alta resistência térmica, mecânica e a ataques químicos; limite de erro: ± 2 mL.
- X. Item 10: Vidro incolor.
- XI. Item 11: Vidro âmbar.
- XII. Item 12: Vidro incolor.
- XIII. Item 13: Becker com capacidade de 100 mL; em polimetilpentano (PMP); transparente; graduado; de forma baixa; com orla e bico.
- XIV. Item 14: Becker com capacidade de 50 mL; em vidro incolor; graduado; de forma baixa; com orla e bico.
- XV. Item 15: Proveta com capacidade de 100 mL; em polipropileno (PP); graduada; base plástica; com orla e bico.
- XVI. Item 16: Frasco de vidro incolor borossilicato de baixa expansão, Tipo I Classe A; conforme ASTM E438 (especificação padrão para vidrarias de laboratório); graduado; deve obrigatoriamente constar a marcação de 100 mL, com gravação permanente na cor branca; volume de 150 mL; tampa rosqueável colorida de polipropileno (todas as tampas da mesma cor para facilidade de classificação e identificação); com anel corta gotas; autoclavável a 121 °C por 15 min; marca e modelo de referência: Pyrex, código 1395150, conforme Figura 1.

Figura 1: Frasco de vidro 150 mL



- XVII. Item 17: Frasco com capacidade de 500 mL; sem graduação; em polietileno de alta densidade (PEAD); atóxico; translúcido; resistente a ácidos e bases; tampa azul com anel de vedação interno, sem lacre e batoque; diâmetro da boca 30 mm; altura do frasco 18 cm; largura da base do frasco aproximadamente 7 cm; fechamento total que impeça vazamentos; isento de defeitos ou bolhas; bordas arredondadas; superfícies internas e externas lisas; conforme Figura 2.

Figura 2: Frasco 500 mL



- XVIII. Item 18: Frasco com capacidade de 1 L; em polietileno de alta densidade (PEAD); atóxico; translúcido; boca estreita; tampa sem lacre e batoque, fechamento total que impeça vazamentos; isento de defeitos ou bolhas; bordas arredondadas; conforme Figura 3.

Figura 3: Frasco 1 L

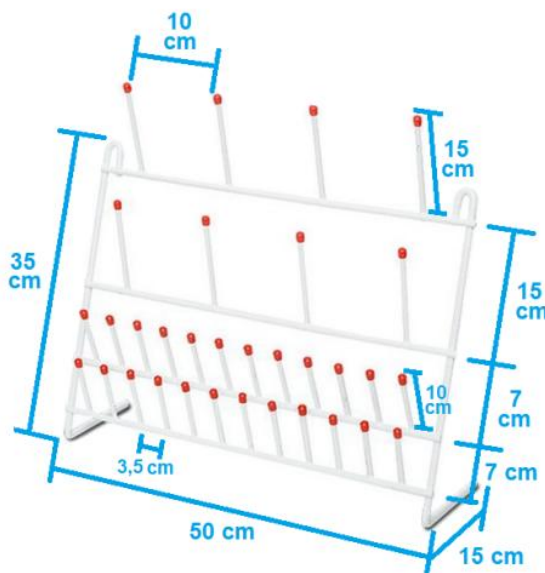


- XIX. Item 19: Cubeta para uso em colorímetro Hach DR900.
XX. Item 20: Cubeta para uso em turbidímetro TL2300 Hach.
XXI. Item 21: Dispensador analógico 0,5 – 5,0 mL Dispensette com válvula Safety Prime (dosificador para reagentes e soluções); adaptável a frascos de reagentes, erlenmeyers e balões com junta esmerilhada; aplicação para ácidos fortes (H_2SO_4), soluções alcalinas (NaOH, KOH), soluções salinas e diversos solventes orgânicos; as partes em contato com o meio são fabricadas em materiais de alta qualidade e resistência (vidro borossilicato, cerâmica, ETFE, FEP); válvula SAFETY PRIME que permite uma rápida purga do ar, sem a formação de bolhas e sem o desperdício de reagentes; volume 0,5 a 5,0 mL; graduação 0,1 mL; exatidão 25 μ L (0,025 mL); desmontável para limpeza; autoclavável; fácil seleção de volume; tubo de aspiração telescópico para ajuste em diversos tamanhos de frascos;

- cânula de saída com capa rosqueável para maior segurança; deve acompanhar adaptadores em PP para frascos GL25, GL28, GL32, GL38 e S40; garantia de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação; marca Brand; modelo RB4600131.
- XXII. Item 22: Dispensador digital 1,0 – 10,0 mL Dispensette S Easy Calibration, dosificador para reagentes e soluções, adaptável a frascos de reagentes erlenmeyers e balões com junta esmerilhada; aplicação para ácidos fortes (H_2SO_4), soluções alcalinas (NaOH , KOH), soluções salinas e diversos solventes orgânicos; as partes em contato com o meio são fabricadas em materiais de alta qualidade e resistência (vidro borossilicato, cerâmica, ETFE, FEP); indicador de volume com dígitos de fácil leitura; volume 1,0 – 10,0 mL; graduação 0,05 mL; exatidão 50 μL (0,05 mL); desmontável para limpeza; autoclavável; fácil ajuste de volume; tubo de aspiração telescópico para ajuste em diversos tamanhos de frascos; cânula de saída com capa rosqueável para maior segurança; deve acompanhar adaptadores em PP para frascos GL25, GL28, GL32, GL38 e S40; deve acompanhar certificado de calibração; garantia de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação; marca Brand; modelo RB4600340.
- XXIII. Item 23: Dispensador analógico 0,5 – 5,0 mL Dispensette S Organic (para ácidos fumegantes e solventes); adaptável a frascos de reagentes, erlenmeyers e balões com junta esmerilhada; aplicação para solventes orgânicos (hidrocarbonetos clorados e fluorados) ácidos como HNO_3 e HCl concentrados e fumegantes, ácido trifluoracético, THF e peróxidos); as partes em contato com o meio são fabricadas em materiais de alta qualidade e resistência (vidro borossilicato, cerâmica, ETFE, FEP; volume 0,5 a 5,0 mL; graduação 0,1 mL; exatidão 25 μL (0,025 mL); desmontável para limpeza; autoclavável; fácil seleção de volume, tubo de aspiração telescópico para ajuste em diversos tamanhos de frascos; cânula de saída com capa rosqueável para maior segurança; deve acompanhar adaptadores em PP para frascos GL25, GL28, GL32, GL38 e S40; garantia de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação; marca Brand; modelo RB4630130.
- XXIV. Item 24: Ponteira 2 – 200 μL , compatível com micropipeta marca Brand, Transferpette Eletronic; polipropileno de alta qualidade; cor amarela; produzidas com matérias-primas isenta de DiHMDA e oleamidas que podem interferir nas análises; fabricadas sem lubrificantes ou desmoldantes como estearatos ou euricamida; livre de cádmio e metais pesados; comprimento 50 mm; com graduação de 20 e 100 μL para verificação rápida; autoclavável a 121 °C (20 min) de acordo com a DIN EN 285; embalagem com fecho reutilizável para manter as ponteiros livres de contaminação após a abertura; marca e modelo de referência: Brand, RB732028A.
- XXV. Item 25: Ponteira compatível com micropipeta monocal 1 – 10 mL marca Brand, Transferpette; polipropileno de alta qualidade; incolor; fabricada sem aditivos e desmoldantes; livres de cádmio e metais pesados; autoclavável a 121 °C (20 min; embalagem com 100 (cem) unidades; marca CE segundo as diretivas IVD 98/79 CE; comprimento de 156,5 mm e diâmetro de 15 mm; marca e modelo de referência: Brand, RB702604A.
- XXVI. Item 26: Eletrodo combinado de pH tipo difusão; pH 0 a 14; temperatura 0 a 100 °C; diafragma cerâmica anular; sistema de referência Ag/AgCl + Barreira iônica; eletrólito tipo difusão; haste de vidro; aplicação em meios aquosos em geral; conector BNC; compatível com equipamento Digimed DM-22; marca e modelo de referência: Digimed DME-CV2. **Apresentar catálogo.**

- XXVII. Item 27: Eletrodo de pH com sensor de temperatura embutido no eletrodo, com corpo em epóxi, junta de fibra de vidro, para uso em equipamento medidor de pH Orion Star A221, marca Thermo Scientific (referência do eletrodo: Orion 8157BNUMD). Eletrodo com orifício para troca de solução interna. **Apresentar catálogo.**
- XXVIII. Item 28: Saco de uso exclusivo em autoclaves; autoclavável a 121 °C, 15 psi, por 15 min; volume 60 L; Fabricado em polietileno de alta densidade (PEAD); saco com 20 unidades; dimensões 60 cm de largura x 80 cm de comprimento; espessura 0,06 micras.
- XXIX. Item 29: Envelope de esterilização; deve permitir a adequada penetração e exaustão de vapor de água em alta pressão; barreira bacteriana para impedir a entrada de microrganismos após o ciclo de esterilização, mantendo a esterilidade interna; deve conter indicador químico integrado que mude de cor ao atingir parâmetros críticos de tempo, temperatura e pressão; conformidade com RDC n° 15/2012 (Rastreabilidade de lote e validade), impressão legível de número de lote e prazo de validade em cada envelope; selagem hermética auto selante; compatível com indicadores biológicos para autoclaves de pequeno porte; compatível com indicadores biológicos de penetração de vapor específicos para autoclaves de 75 L; tamanho: 9 x 26 cm.
- XXX. Item 30: Escorredor para vidrarias; para secagem de vidrarias (balão volumétrico de alto volume) e acessórios; tipo bancada; fabricado em arame com pintura epóxi, cor branca; possuindo 32 pinos instalados em ângulo, 4 níveis, com ponteiros revestidos em PVC, para encaixe das vidrarias; medidas aproximadas: 350 mm (A) x 500 mm (L); no mínimo 6 pinos com 15 cm de comprimento e distanciados a aproximadamente 10 cm entre si; semelhante ao representado na Figura 4.

Figura 4: Escorredor para vidrarias



- XXXI. Item 31: Compatível com frascos Idexx® 120 mL; medidas aproximadas (comprimento x largura x altura): 29 x 22 x 9 cm; cor branca; semelhante ao da Figura 5.

Figura 5: Suporte para frascos



- XXXII. Item 32: Colunas de calibração para conferência de ajuste e de dosagem de fluidos.
- XXXIII. Item 33: Colunas de calibração para conferência de ajuste e de dosagem de fluidos.
- XXXIV. Item 34: Colunas de calibração para conferência de ajuste e de dosagem de fluidos.
- XXXV. Item 35: Colunas de calibração para conferência de ajuste e de dosagem de fluidos.
- XXXVI. Item 36: Entregue com um certificado de calibração de acordo com os requisitos da ISO/IEC 17025.

1.1.2. Justificativa para agrupamento

Os itens com características semelhantes geralmente são fornecidos por empresas do mesmo ramo de atividades. O agrupamento de tais itens se torna mais atrativo, gerando maior valor de contratação, possibilitando maior economia de escala com a redução de preços devido ao maior volume de negócios, e diminuindo as chances de desinteresse dos licitantes por itens de baixo valor.

Considerando o mercado fornecedor, o agrupamento é técnica e economicamente viável, pois haverá melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.

1.2. Número do processo administrativo no PROA/SISTEMA SAMA E: 2025009738

1.3. Detalhamento da aquisição

Grupo/Item	Justificativa Detalhada da Aquisição	Substituição Reposição Incremento	Local Efetivo de Uso
Grupo 01	Vidrarias calibradas utilizadas na preparação de reagentes	Reposição	SCQ
Grupo 02	Vidrarias para análises	Reposição	SCQ e ETAS
Grupo 03	Cubetas para análises colorimétricas e turbidez	Reposição	SCQ e ETAS
Grupo 04	Dispensador de volumes para análises químicas	Reposição	SCQ e ETAS
Grupo 05	Ponteiras para pipetadores	Reposição	SCQ e ETAS
Grupo 06	Eletrodo para determinação de pH	Reposição	ETAS
Grupo 07	Acessórios para uso em processo de autoclavagem	Incremento	SCQ
Grupo 08	Acessório para secagem de vidrarias	Incremento	SCQ e ETAS
Grupo 09	Necessidade de garantir a precisão e a confiabilidade dos	Reposição	ETAS

	processos de análise laboratorial, além de garantir a conformidade com as normas e regulamentações ambientais e de segurança e obter resultados mais precisos		
Item 36	Padrões para verificação da precisão das balanças	Reposição	SCQ

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como bens de luxo, conforme Decreto Municipal n.º 22.245, de 05 de outubro de 2022.

1.5. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois os padrões de desempenho e de qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

1.6. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias, contados da publicação do instrumento contratual ou documento equivalente, na forma do artigo 105 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

1.7. A minuta de contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A aquisição de materiais laboratoriais é essencial para atender às demandas operacionais dos laboratórios da Seção de Controle de Qualidade e das Estações de Tratamento de Água do SAMAE, por meio do fornecimento de materiais e equipamentos essenciais à realização das análises, garantindo a precisão e a conformidade com os padrões técnicos exigidos.

Esses itens possibilitam a execução de procedimentos analíticos, e sua reposição é indispensável para dar continuidade aos procedimentos técnicos que tem como objetivo atender às demandas e garantir a precisão, assegurando a qualidade das análises, reprodutibilidade e segurança.

Os materiais devem apresentar alto padrão de qualidade, com resistência química adequada e, quando aplicável, certificados de calibração e rastreabilidade conforme normas técnicas.

A solução visa garantir o funcionamento das atividades laboratoriais, cumprindo os protocolos internos e as regulamentações vigentes.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- I. ID PCA no PNCP: 88659313000105-0-000001/2025
- II. Data de publicação no PNCP: 09 de agosto de 2024
- III. Id do item no PCA: 131
- IV. Classe/Grupo: 6640 – Equipamentos e Artigos de Laboratório

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E A ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

A contratação tem por objetivo a aquisição de materiais laboratoriais destinados a análises

realizadas na Seção de Controle de Qualidade e nas Estações de Tratamento de Água do SAMAE. A solução atenderá à necessidade de reposição de materiais cuja calibração se encontra próxima ao prazo de validade e de materiais que precisam ser substituídos devido ao desgaste ou quebra. Esses itens são essenciais para os procedimentos analíticos, pois garantem a confiabilidade e a reprodutibilidade dos resultados.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Subcontratação

4.1.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.2. Participação de Consórcios

4.2.1. É vedado o consórcio entre empresas. A execução dos serviços deverá ser realizada, exclusivamente, pela licitante vencedora.

4.2.2. A admissão de participação de consórcio faz-se necessária quando as circunstâncias do mercado e/ou complexidade do objeto tornam problemática a competição, ou seja, quando parcela significativa de empresas, isoladamente, não dispuser de condições para participar da licitação. Desta forma, a participação de empresas reunidas em consórcio ampliaria o universo de licitantes, pois possibilitaria a junção de duas ou mais empresas para a realização de determinado objeto. Com relação à presente contratação, a vedação à participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica na medida em que as contratações de bens e serviços comuns, tendo em vista a proporção da demanda da Autarquia, é perfeitamente pertinente e compatível com empresas que atuem em todo o território nacional, possuindo condições suficientes para a execução de objetos desta natureza, o que não tornará o certame restrito a um pequeno número de interessadas. Assim, considerando a realidade do mercado para este objeto, não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

4.3. Garantia da contratação

4.3.1. A minuta de contrato, quando aplicável, detalhará as regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

4.4. Sustentabilidade

4.4.1. As vidrarias calibradas possuem prazo de validade de cinco anos. Após esse período, elas passam a ser utilizadas para aplicações que não exigem alta precisão. Esse reaproveitamento, além de oferecer vantagem econômica, colabora para a preservação de recursos naturais, minimizando impactos ambientais.

4.4.2. O descarte de materiais, devido ao desgaste por uso, é realizado de acordo com as

instruções da empresa responsável pela coleta de resíduos do município. Alguns exemplos são peças plásticas e de vidro, que podem ser recicladas.

4.4.3. As peças e componentes de dispensadores são reutilizadas em equipamentos da mesma marca, evitando o descarte desnecessário.

4.5. Indicação de fabricantes, marcas ou modelos

4.5.1. Na presente contratação, será admitida a indicação das seguintes marcas, características ou modelos, de acordo com as seguintes justificativas:

Item 21

Dispensador analógico 0,5 – 5,0 mL Dispensette com válvula Safety Prime (para reagentes e soluções).

Marca: Brand; Modelo: RB4600131

Item 22

Dispensador digital 1,0 – 10,0 mL Dispensette S Organic Easy Calibration (para reagentes e soluções)

Marca: Brand; Modelo: RB4600340

Item 23

Dispensador analógico 0,5 – 5,0 mL Dispensette S Organic (para ácidos fumegantes e solventes)

Marca: Brand; Modelo: RB4630130

Os itens a serem adquiridos serão incorporados ao conjunto de materiais já existente nos laboratórios da Seção de Controle de Qualidade e nas Estações de Tratamento de Água do SAMAE. A aquisição de materiais da mesma marca atualmente utilizada assegura a padronização dos equipamentos e insumos, o que facilita tanto o manuseio quanto a manutenção, além de garantir maior eficiência operacional.

A equipe técnica responsável já possui treinamento específico para a operação e manutenção dos equipamentos da marca em questão, o que elimina a necessidade de capacitações adicionais, otimizando tempo e recursos.

Além disso, o reaproveitamento de acessórios e componentes já disponíveis nos laboratórios contribui para a sustentabilidade do processo, evitando desperdícios e promovendo o uso racional dos recursos públicos.

Dessa forma, a aquisição dos referidos materiais é fundamental para a continuidade, eficiência e economicidade das atividades desenvolvidas pelo SAMAE.

4.6. Da exigência de apresentação de catálogos técnicos

4.6.1. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar catálogos técnicos, em data, local/forma e horário divulgados por mensagem no sistema.

4.6.2. Serão exigidos catálogos dos seguintes itens:

- I. Item 26 – Eletrodo de pH.
- II. Item 27 – Eletrodo de pH.

4.6.3. Os catálogos técnicos, prospectos ou folhetos deverão:

- I. ser, preferencialmente, coloridos;
- II. estar, preferencialmente, em língua portuguesa ou traduzidos para a língua portuguesa;
- III. conter a logomarca do fabricante, o corte esquemático ou a indicação de suas principais partes e a foto dos produtos;
- IV. apresentar a descrição das características técnicas dos produtos, comprovando o atendimento do constante no Termo de Referência – Anexo I.

4.6.3.1. Serão aceitas fichas técnicas de produtos, quando forem em complemento às informações contidas nos catálogos técnicos ou prospectos.

4.6.3.2. Não serão considerados desenhos técnicos para efeito de atendimento a este subitem. Desenhos técnicos deverão fazer parte dos catálogos, se for o caso.

4.6.4. Serão aceitos catálogos técnicos ou prospectos em formato pdf, bem como o *link* do catálogo no site do fabricante.

4.6.5. Em alguns casos, o SAMAE opta por indicar marcas e modelos de referência para facilitar a elaboração das propostas.

4.6.5.1. Quando houver a indicação de marcas e modelos de referência, por parte do SAMAE, a licitante não é obrigada a ofertar material ou equipamento de mesma marca e/ou modelo; no entanto, a oferta deverá ser de material/equipamento que atenda às características exigidas tanto quanto os indicados.

4.6.5.2. Caso a licitante opte por ofertar material ou equipamento da mesma marca e modelo, **quando sugeridos pelo SAMAE como referência**, em cada item, ficará dispensada da apresentação dos catálogos técnicos ou prospectos desses itens.

4.6.5.3. Se, na data da abertura da licitação, o fabricante da marca sugerida pelo SAMAE tiver alterado o código/referência e/ou linha do modelo informado, divergindo do mencionado no Termo de Referência – Anexo I deste Edital, ou, se o modelo tiver sido retirado de linha, será igualmente aceito, desde que sejam apresentados catálogos técnicos ou prospectos do modelo que o substituiu, em que se possa comprovar que as características técnicas sejam iguais ou superiores às exigidas na especificação técnica do item.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de entrega e critérios de aceitação

5.1.1. O prazo de entrega é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única.

5.1.2. O não cumprimento dos prazos de entrega, sem a correspondente autorização para a ampliação de prazo, poderá acarretar a anulação da Nota de Empenho/Rescisão Contratual, bem como a aplicação das penalidades legais e a convocação da licitante subsequente.

5.1.2.1. Em caso fortuito e justificável, a licitante vencedora que não puder realizar a entrega no prazo acima estipulado, deverá protocolar o pedido de prorrogação de prazo, antes de findada a data limite, acompanhado de comprovação motivacional para a prorrogação.

5.1.2.2. A solicitação de prorrogação de prazo poderá ser concedida, a critério da Autarquia.

5.1.3. O local da entrega dos bens será na Seção de Almoxarifado do SAMA E, situada na Rua Jacinto Madalozzo, nº 211, Bairro Pio X, Caxias do Sul – RS, CEP 95034-370, no horário das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira. Caso a licitante vencedora queira agendar a entrega, deverá entrar em contato pelo e-mail ltorezan@samaecaxias.com.br ou telefone (54) 3220-8600, Ramal 420, com Luciane.

5.1.3.1. Além da entrega no local designado pelo SAMA E, a licitante vencedora deverá, também, descarregar e armazenar o objeto no local indicado por servidor, comprometendo-se, ainda, pelos eventuais danos causados, não podendo ser cobrado qualquer valor adicional a esse título.

5.1.3.2. Será avaliado o acondicionamento do objeto, no momento da entrega. Dessa forma, embalagens violadas, itens manchados, sujos, enferrujados, danificados ou com aparência duvidosa, não serão aceitos.

5.1.3.3. O objeto deverá estar segregado por item e entregue, quando aplicável, em sua embalagem original, rotulada pelo fabricante, contendo, no mínimo, a identificação do objeto, a marca, o código de barras impresso na embalagem e a capacidade de empilhamento.

5.1.4. No momento da entrega, não será aceito material/equipamento de fabricante/marca/modelo diferente do constante da proposta vencedora/Nota de Empenho/Contrato, exceto quando houver fato superveniente, desde que atendidas as seguintes condições:

- I. o pedido de substituição de fabricante/marca/modelo deverá ser protocolado no SAMA E, antes de findo o prazo de entrega, acompanhado de comprovação da impossibilidade de entregar o(a) fabricante/marca/modelo previamente informada, bem como a indicação do(a) novo(a) fabricante/marca/modelo;

- II. o(a) novo(a) fabricante/marca/modelo deverá ser de qualidade igual ou superior à informada inicialmente e atender a todas as exigências deste Instrumento;
- III. o preço ofertado não será alterado, caso seja aceita a alteração de fabricante/marca/modelo.

5.1.5. Deverão acompanhar a entrega o Certificado de calibração RBC individual dos itens descritos nos Grupos 1 e do item 36.

5.1.6. O prazo de validade das calibrações, na data da entrega, não poderá ser inferior a 05 (cinco) anos.

5.1.7. Os produtos deverão estar compatíveis com as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), quando aplicável.

5.2. Garantia, manutenção e assistência técnica

5.2.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei Federal n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre Contratante e Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica.

6.3. A Contratante poderá convocar representante da Contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Contratante deverá convocar o representante da Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, pelo substituto, e pelo gestor, nos termos do Decreto Municipal n.º 21.763, de 13 de outubro de 2021, e alterações.

6.6. Competirá à Contratante:

- I. receber provisoriamente os bens, disponibilizando local, data e horário;
- II. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos itens recebidos provisoriamente com as especificações constantes deste Instrumento e da proposta comercial, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- III. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- IV. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor(es) especialmente designado(s);
- V. efetuar o pagamento no valor correspondente à aquisição do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;
- VI. o SAMAE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- VII. é vedada a intervenção indevida da Administração na gestão interna da Contratada.

6.7. Competirá à Contratada:

- I. cumprir todas as obrigações constantes neste Instrumento, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- II. considerar os preços propostos completos e suficientes para a aquisição do objeto desta contratação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou à má interpretação de sua parte;
- III. arcar com todas as despesas necessárias à execução do objeto contratado, incluindo encargos previdenciários, fiscais (ICMS e outros), comerciais, trabalhistas, tributários, itens, embalagens, tarifas, fretes, seguros, garantia descarga, transporte, material, responsabilidade civil e outros resultantes da aquisição, bem como os riscos atinentes à atividade, inclusive quaisquer despesas que venham a incidir sobre os itens, objeto desta contratação; entende-se por encargos os tributos (impostos, taxas), contribuições fiscais e parafiscais, os instituídos por leis sociais, emolumentos, fornecimento de mão de obra especializada, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal, estada, hospedagem, alimentação e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Termo de Referência;
- IV. responder pela qualidade, quantidade, validade, segurança e demais características do objeto, bem como a observação às normas técnicas;
- V. atender prontamente a quaisquer exigências do SAMAE, inerentes ao objeto da presente contratação;
- VI. informar ao SAMAE, durante o período da contratação, qualquer alteração de endereço, telefone, correio eletrônico (e-mail) ou outros dados.
- VII. manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- VIII. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 e alterações;
- IX. comunicar à fiscalização do contrato, no prazo máximo de 24h (vinte e quatro) horas,

- qualquer ocorrência anormal com a execução do objeto;
- X. chamar, com antecedência prévia, a fiscalização da Contratante, para dirimir dúvidas e realizar os ajustes necessários;
 - XI. substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, o produto com avarias ou defeitos; em não sendo possível, indenizar o valor correspondente acrescido de perdas e danos, mediante toda e qualquer impugnação feita pela Contratante;
 - XII. não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
 - XIII. indenizar terceiros e ao SAMAE os possíveis prejuízos ou danos, decorrentes de dolo ou culpa, durante a contratação;
 - XIV. informar ao SAMAE, por escrito, quando for constatada a impossibilidade de execução do objeto;
 - XV. proceder a entrega do objeto em perfeitas condições, no prazo e local fixados, acompanhado da respectiva nota fiscal, constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência, validade e prazo de garantia, no que couber, em compatibilidade com as obrigações assumidas;
 - XVI. entregar, quando for o caso, juntamente com os itens, manual do usuário, com uma versão em português, e relação da rede de assistência técnica autorizada;
 - XVII. prestar informações sobre a utilização do objeto;
 - XVIII. cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, conforme art. 116 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021;
 - XIX. comprovar, sempre que solicitado pela Administração, o cumprimento da reserva de cargos a que se refere o inciso anterior, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas;
 - XX. não contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Recebimento do objeto

7.1.1. Os bens serão recebidos:

- I. provisoriamente, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes neste Instrumento e na proposta comercial;
- II. definitivamente, pela fiscalização do contrato, após a verificação da conformidade com as especificações constantes neste Instrumento e na proposta comercial, e sua consequente aceitação, que dar-se-á em até 05 (cinco) dias úteis do recebimento

provisório.

7.1.1.1. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta comercial.

7.1.3. A licitante vencedora se obriga a efetuar, no prazo máximo de 30 (quinze) dias corridos, a contar da notificação, a substituição de material rejeitado, independentemente da quantidade rejeitada, ficando entendido que correrá por sua conta e risco tal substituição, sujeitando-se, também, à aplicação das penalidades previstas.

7.1.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança, tampouco a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.1.7. O recebimento provisório ficará a cargo do fiscal técnico, administrativo ou setorial, ou da Comissão de Recebimento, quando houver, e o recebimento definitivo, a cargo do gestor do contrato, ou da Comissão de Recebimento, quando houver.

7.2. Liquidação

7.2.1. Para fins de liquidação, a área competente deverá verificar se a nota fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I. a data da emissão;
- II. os dados do contrato e do órgão contratante;
- III. o período respectivo de execução do contrato;
- IV. o valor a pagar;
- V. os dados bancários (banco, agência e conta corrente em nome da Contratada), e
- VI. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.1.1. A nota fiscal deverá ser entregue na Gerência de Suprimentos, acompanhada do respectivo bem.

7.2.1.2. As Notas Fiscais Eletrônicas deverão ser encaminhadas para o e-mail contabilidade@samaecaxias.com.br.

7.2.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante.

7.2.3. Apresentação dos documentos abaixo relacionados, juntamente com a Nota Fiscal:

- I. Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Receita Federal;
- II. Certidão de Situação Fiscal, expedida pela Receita Estadual do domicílio da empresa.
- III. Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio da empresa;
- IV. Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal, e
- V. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

7.2.3.1. Os documentos exigidos no subitem anterior, que não expressarem o prazo de validade, deverão ter data de expedição não superior a 180 (cento e oitenta) dias.

7.2.3.2. A qualquer tempo o SAMAEC poderá solicitar outros documentos, além dos já mencionados.

7.2.3.3. A documentação deverá ser salva em formato PDF e encaminhada preferencialmente por e-mail, em pen-drive ou disponibilizada em nuvem.

7.3. Prazo de pagamento

7.3.1. O pagamento será efetuado, após a liberação da fiscalização do contrato, no 15º (décimo quinto) dia útil. Se, no décimo quinto dia útil, não houver expediente na Autarquia, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte.

7.3.2. A ordem cronológica de exigibilidade, de acordo com o estabelecido no Decreto Municipal n.º 23.342, de 29 de outubro de 2024, terá como marco inicial, para efeito de inclusão do crédito na sequência de pagamentos, a liquidação da despesa.

7.3.3. No caso de atraso do pagamento pela Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

7.4. Forma de pagamento

7.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.3. Não serão realizados pagamentos por meio de boleto bancário.

7.4.4. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DA LICITANTE

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1. A Contratada será selecionada por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

8.2. Exigências de habilitação

8.2.1. Para fins de habilitação, deverão ser comprovados os seguintes requisitos:

- I. **Habilitação jurídica** (os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva):
 - a) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
 - b) **Microempreendedor individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
 - c) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
 - d) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, que será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
 - e) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
 - f) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária,

respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis em que opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

- g) **Sociedade Anônima:** estatuto em vigor, devidamente registrado, e documento de eleição de seus administradores;
- II. **Habilitação fiscal, social e trabalhista** (os documentos apresentados deverão estar em vigor na data de abertura do certame):
 - a) prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ**;
 - b) prova de regularidade com a Fazenda Federal, devendo ser apresentada a **Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Previdenciária**, administrados pela Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
 - c) prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos em lei de regularidade;
 - d) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT**.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado da contratação é o divulgado no sistema de compras do Governo Federal – Comprasnet, no sítio eletrônico www.gov.br/compras.

9.2. Serão considerados, para efeito de aceitação da proposta:

- I. o **Preço Máximo Unitário** aceitável para cada item, será o valor unitário divulgado no sistema de compras do Governo Federal;
- II. o **Preço Máximo Total** aceitável, o valor orçado e divulgado conforme acima.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da consecução do objeto apresentado neste Termo de Referência correrão por conta da dotação orçamentária consignada, no presente exercício, sob a classificação constante da respectiva Requisição/Solicitação de Empenho, e, do próximo, a consignar, se necessário.

Caxias do Sul, 30 de junho de 2025

Luciane Torezan,
Chefe da Seção de Controle de Qualidade.

Tiago Antonio Marcon,
Gerente de Tratamento de Água.

Adriano Bolesina,
Superintendente de Serviços de
Abastecimento de Água.

MANIFESTAÇÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR

Considerando-se os elementos constantes deste Termo de Referência, determino:

- ☒ a continuidade do processo, com a elaboração do respectivo Edital de Licitação;
- ☐ a continuidade do processo, através de Dispensa de Licitação (art. 75, incisos I e/ou II da NLLCA);
- ☐ a continuidade do processo, com encaminhamento à Assessoria Jurídica do Órgão, para manifestação sobre a dispensa pretendida (demais incisos do art. 75 da NLLCA);
- ☐ a continuidade do processo, com encaminhamento à Assessoria Jurídica do Órgão, para manifestação sobre a inexigibilidade pretendida (art. 74 da NLLCA);
- ☐ a revisão das informações apresentadas, para posterior reanálise.

Caxias do Sul, ____ de _____ de ____.

João Uez,
Diretor-Presidente do SMAE.

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90079/2025

FORMULÁRIO PADRÃO PARA PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

Identificação do Fornecedor:

Nome:

Endereço:

Cidade/Estado:

CEP:

CNPJ:

Fone:

E-mail:

Nome do Responsável para contato junto ao SMAE:

Fone:

E-mail:

GRUPO 01						
ITEM	CÓD. SMAE	CATMAT	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.
01	11035	409251	Balão volumétrico de 50 mL, com certificado de calibração RBC Marca:	02	Un.	
02	11036	409252	Balão volumétrico de 100 mL, com certificado de calibração RBC Marca:	02	Un.	
03	11037	413184	Balão volumétrico de 200 mL, com certificado de calibração RBC Marca:	02	Un.	
04	11038	409245	Balão volumétrico, com tampa, capacidade de 250 mL, conforme especificações Marca:	02	Un.	
05	11039	409247	Balão volumétrico de 500 mL, com certificado de calibração RBC Marca:	02	Un.	
06	11040	409248	Balão volumétrico de 1000 mL, com certificado de calibração RBC Marca:	02	Un.	
07	11041	409249	Balão volumétrico de 2000 mL, com certificado de calibração RBC Marca:	02	Un.	
08	1409	409892	Proveta, indicada para procedimentos em laboratório, conforme especificação técnica Marca:	04	Un.	
09	1409	409894	Proveta, indicada para procedimentos em laboratório, conforme especificação técnica Marca:	02	Un.	
10	10813	409135	Bureta automática em vidro borossilicato, classe A, com torneira intermediária para retorno do líquido residual ao frasco, com torneiras de PTFE. Ajuste automático do Zero. Deve acompanhar frasco de 1 L de forma baixa com junta esmerilhada intercambiável com a bureta. Capacidade: 10 mL. Limite de erro 0,02 mL. Com certificado de calibração RBC Marca:	04	Un.	
11	10813	409143	Bureta automática em vidro borossilicato, classe A, com torneira intermediária para retorno do líquido residual ao	04	Un.	

			frasco, com torneiras de PTFE. Ajuste automático do Zero. Deve acompanhar frasco de 1 L de forma baixa com junta esmerilhada intercambiável com a bureta. Capacidade: 10 mL. Limite de erro 0,02 mL. Com certificado de calibração RBC Marca:			
VALOR TOTAL DO GRUPO: R\$...						

GRUPO 02						
ITEM	CÓD. SAMAE	CATMAT	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.
12	9467	410458	Frasco DBO (BOD Winkler), 300 mL sem aferição, tampa de vidro tipo moeda (vidro borossilicato) Marca:	15	Un.	
13	3433	427431	Copo Becker, indicado para procedimentos em laboratório, conforme especificação técnica Marca:	36	Un.	
14	3433	408275	Copo Becker, indicado para procedimentos em laboratório, conforme especificação técnica Marca:	15	Un.	
15	1409	409900	Proveta, indicada para procedimentos em laboratório, conforme especificação técnica Marca:	20	Un.	
16	1407	409443	Frasco em vidro, para reagentes, conforme especificação técnica Marca:	150	Un.	
17	1356	425359	Frasco plástico para coleta de amostra ambiental, conforme especificação técnica Marca:	200	Un.	
18	1356	423414	Frasco plástico para coleta de amostra ambiental, conforme especificação técnica Marca:	50	Un.	
VALOR TOTAL DO GRUPO: R\$...						

GRUPO 03						
ITEM	CÓD. SAMAE	CATMAT	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.
19	3435	416279	Cubeta redonda, de vidro, graduada, de 10 mL, com tampa e rosca, para uso em colorímetro Hach DR890 n° 24276- 06 Marca:	60	Un.	
20	8567	424618	Cubeta cilíndrica de vidro para turbidez, com tampa e rosca, para 30 mL de amostra; caixas com 6 unidades; CAT n° 20849-00 Marca:	10	Caixa	
VALOR TOTAL DO GRUPO: R\$...						

GRUPO 04						
ITEM	CÓD. SAMAE	CATMAT	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.
21	9835	408650	Dispensador volumétrico analógico de reagentes para frasco reagente, conforme especificação técnica. Marca: Modelo:	05	Un.	
22	9834	408650	Dispensador volumétrico digital de reagentes para frasco reagente, conforme especificação técnica. Marca: Modelo:	02	Un.	
23	9835	408650	Dispensador volumétrico analógico de reagentes para frasco reagente, conforme especificação técnica. Marca: Modelo:	01	Un.	

VALOR TOTAL DO GRUPO: R\$...

GRUPO 05						
ITEM	CÓD. SAMA E	CATMAT	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.
24	5565	408691	Ponteira universal autoclavável com capacidade de até 200 microlitros (µL), fabricada em polipropileno, tipo Gilson; pacote com 1000 unidades Marca:	30	Pacote	
25	7373	411190	Ponteira universal autoclavável com capacidade para 10.000 µL, fabricada em polipropileno de alta densidade. Marca:	10	Pacote	
VALOR TOTAL DO GRUPO: R\$...						

GRUPO 06						
ITEM	CÓD. SAMA E	CATMAT	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.
26	7279	245964	Eletrodo de medição de pH Marca: Modelo:	06	Un.	
27	7279	245964	Eletrodo de medição de pH Marca: Modelo:	06	Un.	
VALOR TOTAL DO GRUPO: R\$...						

Apresentar catálogos, conforme subitem 4.6 do Termo de Referência – Anexo I.

GRUPO 07						
ITEM	CÓD. SAMA E	CATMAT	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.
28	13515	443868	Saco para autoclave Marca:	10	Pacote	
29	13591	445801	Envelope de esterilização Marca:	200	Un.	
VALOR TOTAL DO GRUPO: R\$...						

GRUPO 08						
ITEM	CÓD. SAMA E	CATMAT	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.
30	13540	301506	Escorredor para vidrarias Marca:	05	Un.	
31	12623	410562	Estante de aço revestida de PVC com capacidade para 12 frascos (medida dos frascos 5 cm de diâmetro e 9 cm de altura) Marca:	10	Un.	
VALOR TOTAL DO GRUPO: R\$...						

GRUPO 09						
ITEM	CÓD. SAMA E	CATMAT	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.
32	13317	448152	Coluna de calibração produzida em PVC industrial Translúcido de 2000 mL com escala graduada em mililitro/minuto, protegida em camadas laminadas para proteção de ataques químicos, atendido pelo modelo CCK-2000 marca INTERFLUID-KOFLO ou similar Marca:	10	Un.	
33	13318		Coluna de calibração produzida em PVC industrial	10	Un.	

		448152	Translúcido de 1000 mL com escala graduada em mililitro/minuto, protegida em camadas laminadas para proteção de ataques químicos, atendido pelo modelo CCK-1000 marca INTERFLUID-KOFLO ou similar. Marca:			
34	13319	448152	Coluna de calibração produzida em PVC industrial Translúcido de 500 mL com escala graduada em mililitro/minuto, protegida em camadas laminadas para proteção de ataques químicos, atendido pelo modelo CCK-500 marca INTERFLUID-KOFLO ou similar. Marca:	10	Un.	
35	13320	448152	Coluna de calibração produzida em PVC industrial Translúcido de 250 mL com escala graduada em mililitro/minuto, protegida em camadas laminadas para proteção de ataques químicos, atendido pelo modelo CCK-250 marca INTERFLUID-KOFLO ou similar. Marca:	10	Un.	
VALOR TOTAL DO GRUPO: R\$...						

ITEM	CÓD. SAMA E	CATMAT	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.
36	11042	234793	Conjunto de pesos de 1 mg a 100 g (classe F1), composto por 21 pesos de 1-2-2-5-10-20-20-50-100-200- 200-500 mg / 1-2-2-5-10-20-20-50 e 100 g, com as seguintes características: peso de 1 a 5 mg material em alumínio, níquel cromo ou aço inoxidável, formado por fio metálico densidade 2.700 kg/m ³ ou em lâminas poligonais; peso de 10 a 500 mg material em alumínio, níquel cromo ou aço inoxidável, formato lâmina poligonal, densidade 8.000 kg/m ³ ; pesos polidos, não magnéticos, altamente resistentes à corrosão; Com certificado de calibração RBC. Deve acompanhar: Estojo para acondicionamento de todos os pesos, pinça e luva para manuseio. Marca:	01	Conjunto	
VALOR TOTAL DO ITEM: R\$...						

Local e data: _____

Nome completo e assinatura do representante legal da licitante